

Incerteza não mensurável e indeterminação de trajetórias dinâmicas de economias capitalistas: um esforço de clarificação da visão pós-keynesiana

Claudio Hamilton Matos dos Santos¹

Resumo

O propósito deste trabalho é discutir até que ponto os argumentos pós-keynesianos impossibilitam realmente a obtenção de “quaisquer resultados bem definidos” acerca do “longo prazo”. A tese a ser defendida aqui é que a posição pós-keynesiana, correta em seus próprios termos, ou seja, em uma economia monetária de produção “fechada e sem governo”, é muito mais uma defesa da intervenção governamental regulatória e planejadora do que uma admissão de impotência da profissão diante de questões ditas de “longo-prazo”, como por exemplo o crescimento econômico.

Introdução

A ênfase pós-keynesiana² na influência do “estado de expectativas de longo termo” (EELT) na determinação do nível de equilíbrio (de curto período) do produto total de economias capitalistas (através de sua influência sobre o investimento agregado), tem levado muitos economistas ligados a esta corrente a negar que a trajetória dinâmica de uma economia deste tipo possa ser explicada por qualquer tendência de longo prazo. Asimakopulos, por exemplo, defende explicitamente esta posição:

“A trajetória traçada ao longo do tempo pelos níveis de produto e emprego de equilíbrio de curto período dependem – assumindo que a função consumo seja estável – do que ocorre com o investimento, ou seja, de como as expectativas de longo prazo e as instituições financeiras mudam. Uma variedade de possíveis trajetórias de crescimento podem ser deduzidas cada qual refletindo hipóteses diferentes sobre as motivações dos empreendedores, o grau de parcimônia dos agentes econômicos,

1 Mestre em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia (UFRJ.IE) / Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-Brasília, DF).

2 O adjetivo “pós-keynesiano” é utilizado por diferentes autores de diferentes maneiras. Ao longo deste texto estaremos nos referindo à definição de Carvalho (1992), segundo a qual são pós-keynesianos aqueles economistas que aceitam os “axiomas” implícitos no conceito de “economia monetária de produção”, exposto por Keynes em escritos imediatamente anteriores à Teoria geral. Uma definição mais ampla que a de Carvalho, entretanto, pode ser encontrada em Lavoie (1992). Segundo este autor, além dos pós-keynesianos mais fiéis a Keynes (ou “pós-keynesianos fundamentalistas”), devem ser incorporados a esta corrente também aqueles que procuram sínteses entre idéias keynesianas e de outros economistas fora do *mainstream*, como Kalecki, Kaldor, Marx, Sraffa, dentre outros.

políticas financeiras, comportamento de sindicatos e etc.” (Asimakopulos, 1985: 48, tradução nossa).

O argumento básico dos defensores desta tese é o fato de que, em uma economia monetária de produção³ (a *proxy* pós-keynesiana de uma economia capitalista real), a existência de incerteza não mensurável acerca do futuro faz com que pequenas variações nas condições presentes possam acarretar violentas alterações no EELT. A conseqüente volatilidade potencial dos níveis de investimento e produto de curto prazo e o fato de que o futuro da economia é alterado por transações presentes “fora do caminho de equilíbrio” (dado que estas transações, chamadas de “trocas falsas” por Hicks, são irreversíveis) justificariam então, segundo esses economistas, a indeterminação *ex ante* das trajetórias dinâmicas de economias capitalistas. Como aponta Carvalho,

“A incerteza é particularmente forte em relação ao investimento em ativos de longa vida útil, onde as condições presentes não fornecem toda a informação relevante sobre o futuro para guiar o tomador de decisões em seus atos. Isto não significa que os agentes não possam perceber inadequações em seu estoque presente de capital ou na sua taxa de lucro. Isto significa apenas que não há mecanismo de coordenação das percepções e decisões destes agentes em direção a uma posição de equilíbrio de longo prazo consistente e estável” (Carvalho, 1990a: 283, tradução nossa).

A posição pós-keynesiana, entretanto, tem sido freqüentemente criticada por economistas ligados a outras correntes de pensamento. O *mainstream* da ciência econômica, por exemplo, recusa-se a aceitar que proposições científicas possam ser derivadas a partir da hipótese de que a incerteza dos agentes econômicos diante do futuro não pode ser tratada probabilisticamente (ou, em termos mais técnicos, de que a atividade econômica não pode ser corretamente descrita como um processo estocástico ergódico). O debate entre as duas correntes, extremamente difícil graças a esta e outras diferenças metodológicas graves, está, entretanto, fora do escopo deste trabalho.

Note-se, porém, que, mesmo entre economistas heterodoxos (notadamente kaldorianos, kaleckianos e sraffianos)⁴ em princípio mais próximos dos pós-keynesianos do que a ortodoxia, encontram-se severos

3 Para uma explanação detalhada deste conceito em particular e do núcleo central das proposições pós-keynesianas em geral, ver Carvalho (1992a).

4 A expressão “keynesianos neo-ricardianos” é freqüentemente utilizada na literatura para designar os economistas sraffianos. Para uma brevíssima apresentação desta e das demais correntes de pensamento citadas acima, ver Carvalho (1984/85).

críticos desta escola de pensamento. Tais economistas (principalmente os rraffianos) enfatizam a existência de fatores objetivos que determinam tendências de longo prazo e que não são adequadamente tratados nos modelos pós-keynesianos. A posição pós-keynesiana, ao enfatizar o papel das expectativas (um fator claramente subjetivo) e a conseqüente indeterminação da “posição de longo prazo” da economia, estaria, segundo estes economistas, “muito próxima do niilismo”.⁵ De fato, como aponta Garegnani, “(...) o procedimento pelo qual quantidades ‘esperadas’ não observáveis são utilizadas como determinantes do sistema corre o risco de privar a teoria de quaisquer resultados bem definidos” (Garegnani, 1979: 74, tradução nossa).

O propósito deste trabalho é discutir até que ponto os argumentos pós-keynesianos impossibilitam realmente a obtenção de “quaisquer resultados bem definidos” acerca do “longo prazo”. A tese a ser defendida aqui é que a posição pós-keynesiana, correta em seus próprios termos,⁶ é muito mais uma defesa da intervenção governamental regulatória e planejadora do que uma admissão de impotência da profissão diante de questões ditas de “longo-prazo”, como o crescimento econômico.⁷ De fato, poucos pós-keynesianos discordariam da conveniência de se discutir políticas governamentais que viabilizem ou modifiquem as tendências de longo prazo existentes na economia. Assim sendo, parece-nos que as diferenças que separam os pós-keynesianos pragmáticos das demais correntes de pensamento heterodoxo mencionadas são menores do que se poderia supor a princípio e, em grande parte (ainda que não totalmente),⁸ derivadas de diferenças no grau de abstração em que as referidas análises são levadas a cabo.

Tendo em vista o objetivo acima mencionado, este trabalho está dividido em quatro partes principais. Inicialmente, na primeira parte, discute-se a noção pós-keynesiana de “tempo histórico” e sua compatibilidade ou não com diferentes conceitos de equilíbrio. A seguir, na segunda parte, são

5 A expressão é utilizada em Dutt & Amadeo (1989: 150).

6 Ou seja, em uma economia monetária de produção “fechada e sem governo”.

7 Tal posição, aliás, é bastante comum nos textos pós-keynesianos. A este respeito ver, por exemplo, Carvalho(1992a, cap. 12).

8 Visto que há, de fato, algumas divergências teóricas sérias entre estas correntes. Note-se, entretanto, que a natureza destas divergências (“internas”, por assim dizer) é bastante diferente da natureza das divergências entre estas correntes e a ortodoxia. São, em resumo, respostas diferentes para as mesmas perguntas.

apresentadas as noções de equilíbrio utilizadas por Keynes na Teoria geral. A compatibilidade de uma destas noções em particular, qual seja, o “equilíbrio de curto período”, com a noção de “tempo histórico” é o objeto de discussão da terceira parte. Finalmente, na quarta e última parte deste trabalho, apresenta-se a visão pós-keynesiana de dinâmica econômica como uma “seqüência de equilíbrios de curto prazo em tempo histórico” e discute-se sua suposta incompatibilidade com as tendências de longo prazo postuladas pelo pensamento heterodoxo convencional.

1 Sobre a noção de “tempo” subjacente à visão pós-keynesiana e sua compatibilidade com a idéia de “equilíbrio”

De acordo com a visão pós-keynesiana, o principal problema da análise ortodoxa é sua natureza estática. De fato, em modelos de equilíbrio geral Arrow-Debreu o tempo só pode ser introduzido de maneira flagrantemente artificial (seja mediante a hipótese de mercados futuros completos,⁹ seja pela noção de equilíbrio temporário com expectativas racionais).¹⁰ A (tênue) noção de tempo implícita nos exercícios de estática comparativa característicos da ortodoxia é conhecida como “tempo mecânico”, uma vez que, tal como movimentos no espaço, este é perfeitamente reversível (de fato, se supusermos que todos os demais parâmetros estão fixos, a mudança em uma posição de equilíbrio gerada pela variação de um dos parâmetros de, digamos, x_0 para x_1 , é reversível desde que valor deste parâmetro volte a ser x_0).

Ao contrário dos economistas ortodoxos, os pós-keynesianos adotam entre suas hipóteses de partida o fato de que a passagem do tempo é “um movimento do passado irreversível em direção ao futuro incerto”¹¹ (e não passível de tratamento probabilístico). Note-se que a adoção desta noção de tempo, conhecida como “tempo histórico”, não torna inútil o uso de modelos de equilíbrio desde que se suponha que o processo de convergência ao equilíbrio se dê a despeito da irreversibilidade do tempo e da existência de

9 Em tal contexto (inteiramente irrealista) costuma-se dizer que “o futuro colapsa no presente” visto que no equilíbrio presente já estão implícitas todas as transações do futuro.

10 Que implicam a hipótese de que a atividade econômica pode ser adequadamente representada como um processo estocástico ergódico.

11 Dutt & Amadeo (1989: 100). Nos termos de Carvalho (1992a) valem os princípios da “temporalidade” e “inergodicidade”.

incerteza não mensurável acerca do futuro¹² e que este último seja minimamente “estável” (isto é, “resistente” a “pequenos” choques exógenos e “pouco sensível” a pequenas mudanças paramétricas).¹³ Em outras palavras, o uso da noção de tempo histórico não é necessariamente incompatível com o uso da noção de “tempo lógico”, isto é, com o reconhecimento de “precedência lógica em uma relação de causalidade” (Dutt & Amadeo, 1989: 100) (como, por exemplo, na afirmação de que mudanças nas variáveis exógenas de um modelo “causam” – e, portanto, precedem logicamente – mudanças nos valores das variáveis endógenas).¹⁴

Os pós-keynesianos não somente utilizam modelos de equilíbrio (e, portanto, a noção de tempo lógico) em conjunto com a adoção da noção de tempo histórico (mediante a introdução do estado de expectativas como variável exógena destes modelos),¹⁵ como também postulam que este é o método de análise adotado pelo próprio Keynes na Teoria geral.¹⁶ Esta leitura de Keynes, proposta por Kregel (1976), é resumida por Dow da seguinte maneira:

“Kregel expressa o uso do equilíbrio por Keynes com o propósito de derivar relações causais em termos do tratamento das expectativas, implicando uma combinação dos tempos lógico e histórico (dado que as expectativas necessariamente se referem ao tempo). Na realidade não há nenhum conflito envolvido (...). O aparato do tempo lógico permite uma análise geral das relações causais; o tempo histórico modifica estas últimas para a aplicação em processos historicamente contextualizados enfatizando a prevalência de fatores institucionais e a incerteza e suas conseqüências” (Dow, 1985: 125, tradução nossa).

12 O que, diga-se de passagem, não é o caso do equilíbrio geral Arrow-Debreu. Como aponta Hahn: “O problema para o qual eu não acho que possamos fechar os olhos é a confusão fundamental entre a frase iniciada com “existe” e a outra iniciada com “é o caso” (...). Em condições adequadas (...) existe um equilíbrio do tipo discutido aqui. Mas ninguém mostrou que a economia sempre procura alcançar este equilíbrio. Eu não quero dizer que ninguém demonstrou isso “empiricamente”. Eu quero dizer que ninguém demonstrou isto teoricamente (...)” (Hahn, 1984, cap 15: 315, tradução nossa). Discutiremos ao longo das seções seguintes a noção pós-keynesiana de equilíbrio e sua suposta compatibilidade com a noção de tempo histórico.

13 O conceito de estabilidade utilizado aqui é algo diferente do conceito de estabilidade tradicional. Este último, como aponta Carvalho (1992b: 55) é geralmente associado à “capacidade que a economia tenha de recompor um estado de equilíbrio quando este sofrer alguma perturbação”. Para uma análise mais detalhada das diferenças entre os dois conceitos, ver Carvalho (1992b).

14 Note-se que a noção de tempo mecânico (que implica tanto precedência lógica como reversibilidade) é mais “forte” que a noção de tempo lógico. Modelos neoclássicos de equilíbrio “dependente da trajetória”, por exemplo, são incompatíveis com a noção de tempo mecânico (porque não comportam reversibilidades) mas não com a noção de tempo lógico.

15 Embora esta proposição seja válida para a expressiva maioria dos pós-keynesianos, existem algumas vozes discordantes. Ver, por exemplo, Shackle (1982) ou Possas (1987).

16 De acordo com Dow, Keynes adota ainda uma terceira noção de tempo, qual seja, o “tempo expectacional”. Tal noção, devida a Shackle, designa a passagem do tempo implícita nas expectativas (subjctivas) de cada agente econômico (ver Dow, 1985: 114 e 125). A omissão deste detalhe, ao nosso ver, não modifica a essência do argumento contido no texto.

A fidelidade pós-keynesiana a Keynes não se limita, entretanto, ao método de análise. De fato, os pós-keynesianos também aceitam como válidos alguns dos próprios modelos de equilíbrio propostos por Keynes na Teoria geral (que, apesar dos avanços conseguidos pela “ciência normal” pós-keynesiana, continuam sendo o cerne das proposições da corrente). A seguir discute-se a natureza precisa destes modelos.

2 Sobre as noções de “equilíbrio” utilizadas por Keynes na Teoria geral

Como observa Vercelli, com grande propriedade, “Conceitos de equilíbrio e desequilíbrio há muito tem sido envolvidos em controvérsias acerca de teorias macroeconômicas alternativas. Estes debates, entretanto, em sua maioria tornaram-se estéreis em virtude da confusão entre os diferentes significados destes termos, os quais freqüentemente não são definidos de forma explícita” (Vercelli, 1988: 18, tradução nossa).

A presente seção tem como objetivo apresentar os conceitos de equilíbrio utilizados por Keynes na Teoria geral. Trata, em outras palavras, de evitar que a argumentação a ser desenvolvida nas seções seguintes incorra no erro apontado por Vercelli.

Antes de iniciarmos, porém, devemos introduzir alguns conceitos marshallianos fundamentais à construção teórica de Keynes.¹⁷ Tais conceitos são os seguintes:

• Período de mercado

É o curtíssimo prazo no qual o produtor não consegue variar sua oferta. A fim de clarificar este ponto, Marshall utilizava como exemplo o mercado de peixes na Londres do século XIX. Os pescadores londrinos, segundo Marshall, vendiam durante o dia o produto da pesca da madrugada anterior e, portanto, não podiam variar sua quantidade ofertada ao longo do mesmo dia (visto que uma nova pescaria só poderia ser feita na madrugada seguinte e que as características do produto impediam a formação de estoques). Ao longo deste dia (ou período de mercado) o preço de mercado do peixe seria determinado apenas pela demanda (uma vez que a quantidade ofertada é suposta invariável).

¹⁷ A herança marshalliana de Keynes é uma das principais fontes de divergências entre pós-keynesianos e sraffianos. A análise dos méritos e insuficiências das proposições de Marshall está, todavia, fora do escopo deste trabalho.

• Curto período

No curto período, ao contrário do que ocorre no período de mercado, o produtor tem capacidade de variar sua quantidade ofertada, ainda que não possa variar sua capacidade produtiva. Se os pescadores do exemplo anterior se deparassem, digamos, com um aumento da demanda em um determinado dia, eles poderiam passar mais tempo no mar na madrugada seguinte (isto é, findo o período de mercado), aumentando assim sua quantidade ofertada e, portanto, o grau de utilização de sua capacidade produtiva (fixa por hipótese). Naturalmente, os pescadores só incorreriam neste esforço adicional em troca de uma recompensa maior, de modo que no curto período marshalliano a curva de oferta seria positivamente inclinada e o preço de mercado simultaneamente determinado por oferta e demanda.

• Longo período

No longo período marshalliano não há restrições nem sobre o nível de produção, nem sobre a capacidade produtiva. Nossos pescadores poderiam variar tanto o nível de produção quanto o “número de barcos de pesca”.

Note-se que, embora intuitiva, a associação da noção marshalliana de período (seja este curto, longo ou de mercado) a algum lapso de tempo real é equivocada. Como aponta Carvalho:

“O período não é uma extensão de tempo real. A sua dimensão temporal é devida inteiramente à nossa intuição de que quanto mais tempo considerarmos, menos fatores “permanentes” teremos de considerar como restrições às escolhas dos agentes. Rigorosamente, entretanto, o curto e o longo período diferem apenas na medida em que os associamos a conjuntos diferentes de restrições” (Carvalho, 1992a: 19, tradução nossa).

Em outras palavras, não se deve confundir período com prazo (ou, em inglês, *period* com *run*). De fato, enquanto a primeira noção é apenas um modo intuitivo de se escolher os parâmetros de um modelo de equilíbrio, a segunda se refere à passagem real do tempo. É sempre possível, pois, se calcular o “equilíbrio de longo período” (bastando-se para isso “resolver o modelo”), mas não é trivial afirmar que este equilíbrio será realmente alcançado pela economia “no longo prazo”.

Keynes, conforme já se mencionou, utilizou intensivamente os conceitos acima nos modelos expostos na Teoria geral. Tais modelos, segundo Dutt & Amadeo (1989, cap. 3), seriam basicamente três. O primeiro

deles (*market-period model*) teria como objetivo a determinação do nível de produto e emprego no período de mercado; o segundo (*short period equilibrium model*) se ocuparia da determinação do nível de equilíbrio de curto período de produto e emprego e, finalmente, o terceiro modelo (*historical model*) trataria “dos determinantes e dos efeitos de mudanças nos parâmetros do equilíbrio de curto período” (Dutt & Amadeo, 1989: 30). A discussão dos primeiros modelos, que será feita a seguir tem, como objetivo contextualizar nossa discussão sobre as noções de equilíbrio utilizadas por Keynes e pelos pós-keynesianos e sua suposta compatibilidade com a noção de tempo histórico. O terceiro modelo será discutido em maior detalhe no contexto da seção seguinte.

Dutt & Amadeo modelam a hipótese de Keynes sobre as decisões de produzir (bens com período de produção “curto”)¹⁸ das firmas da seguinte maneira:

Cada firma tem como objetivo maximizar a função lucro esperado $P_e * Y - W * N$, onde P_e é o preço esperado pela firma, Y é a quantidade produzida pela firma, W é o salário nominal e N é o número de trabalhadores empregados. Uma vez que o horizonte temporal implícito na decisão de produzir é, por hipótese, o curtíssimo prazo, é natural que se considere o salário nominal (W), a tecnologia (representada pela função de produção $Y = F(N)$) e o preço esperado (e , portanto, o estado de expectativas de curto termo do produtor) como variáveis exógenas. Naturalmente, os valores ótimos de Y e N (Y^* e N^* , respectivamente) são tais que $W/P_e = F'(N^*)$ e $Y^* = F(N^*)$. Por agregação dos ótimos individuais, chegar-se-ia, então, aos níveis de produto e emprego da economia, as variáveis endógenas do modelo.

Note-se, entretanto, que nada garante que as expectativas dos produtores vão se confirmar na prática. Em caso de erro, segundo Keynes, o ajuste seria dado ou por uma variação nos estoques ou por um ajuste dos preços. Segundo Dutt & Amadeo, neste caso, tudo funcionaria então como no período de mercado marshalliano, isto é, dada a oferta, os preços de mercado seriam determinados exclusivamente pela demanda. Além disso, é natural supor (assim como Keynes) que os resultados obtidos em cada período de mercado possam afetar as expectativas de curto termo dos agentes

¹⁸ Nada impede que o mesmo raciocínio seja empregado para bens com períodos de produção mais demorados. Neste caso, porém, o estado de expectativas relevante pode ser o de longo termo e isto modifica qualitativamente os resultados da análise.

e, portanto, a trajetória do produto e do emprego nos períodos (de mercado) futuros.

No capítulo 5 da Teoria geral, Keynes adota a hipótese (não trivial) de que o processo de tentativa e erro descrito acima converge para o (ou gravita em torno do) equilíbrio de curto período da economia que, neste caso, seria também o equilíbrio de curto prazo. Em outras palavras, para Keynes (e os pós-keynesianos), a grosso modo, tudo se daria como se os agentes acertassem a demanda efetiva de equilíbrio de curto período. Isto porque, segundo Keynes, o processo de revisão de expectativas de curto prazo é “gradual e contínuo”, visto que, além de rotineiro, se dá em um ambiente razoavelmente estacionário (pois “grande parte das circunstâncias se mantém substancialmente invariável de um dia para o outro”). Nestas condições, como aponta Carvalho (1992a: 25), “o aprendizado pode originar uma espécie de processo de gravitação em torno do equilíbrio (de curto período)”.

Para Keynes e os pós-keynesianos, em resumo, o equilíbrio de curto período é atingido a despeito da irreversibilidade do tempo e das condições de incerteza não mensurável acerca do futuro nas quais os agentes econômicos tomam suas decisões. Aprofundaremos esta questão na seção seguinte, quando discutirmos a compatibilidade da noção keynesiana de equilíbrio de curto período com a noção de tempo histórico. Antes, porém, devemos apresentar o “modelo de equilíbrio de curto período” (para usar os termos de Dutt & Amadeo) propriamente dito, apresentado por Keynes no capítulo 18 da Teoria geral.

Keynes, no capítulo 18, divide as variáveis de seu modelo em “dadas”, “independentes” e “dependentes”. O primeiro grupo, segundo Keynes, é composto pelos fatores “cujas variações parecem ser tão lentas ou tão pouco importantes que apenas tenham efeitos pequenos e, comparativamente, desprezíveis no curto prazo”. O segundo por aqueles fatores “cujas variações exercem na prática influência determinante sobre nosso *quaesitum*. E, finalmente, o terceiro grupo é formado pelas variáveis que se quer determinar. Embora Keynes, ao longo deste capítulo, não se utilize dos termos “endógeno” ou “exógeno”, parece correto afirmar que as variáveis “dadas” e “independentes” são as variáveis “exógenas” do modelo (sua única diferença sendo o fato de que algumas das “independentes” são potencialmente mais voláteis do que as “dadas”) e as “dependentes” as endógenas.

As variáveis “dadas” do modelo do capítulo 18 são a capacidade e quantidade da mão-de-obra disponível e do capital disponível, o estado da técnica, o grau de concorrência, os gastos e hábitos dos consumidores (e desutilidades das diferentes intensidades de trabalho) e a estrutura social (distribuição da renda, inclusive). As variáveis inicialmente citadas por Keynes como independentes são a propensão a consumir, a escala de eficiência marginal do capital e a taxa de juros. Keynes nota, entretanto, que as variáveis independentes acima são em parte determinadas pelas variáveis dadas. A escala de eficiência marginal do capital, por exemplo, depende do estoque de capital (“dado”), mas também do “estado de expectativas de longo termo” (EELT). A taxa de juros, por seu lado, depende da preferência pela liquidez dos agentes e também da quantidade de moeda medida em unidades salários. Assim sendo, Keynes reduz suas variáveis independentes iniciais a seus determinantes “não dados”, e chama estes de variáveis independentes finais. Tais variáveis são as seguintes:

- Os três “fatores psicológicos fundamentais”: a propensão psicológica a consumir, a preferência pela liquidez (PPL) e a expectativa psicológica quanto ao rendimento futuro.¹⁹
- A unidade de salário (ou salário nominal).
- A oferta de moeda.

Tendo explicitado suas variáveis “exógenas”, Keynes constrói seu modelo causal de determinação dos valores de equilíbrio de curto período das suas variáveis dependentes (ou “endógenas”). De acordo com Keynes, a oferta de bens de capital, o EELT, a PPL e a oferta de moeda (calculada em unidades salário) determinam em conjunto o fluxo de novos investimentos. Estes últimos, em conjunto com o multiplicador (implícito na propensão a consumir), determinam o nível de renda e (dada a tecnologia e o número de trabalhadores) o nível de emprego.

Um terceiro e menos discutido conceito de equilíbrio utilizado por Keynes na Teoria geral (mais precisamente no capítulo 5) é o “equilíbrio de longo período”. Tal equilíbrio seria atingido, segundo Keynes, se o EELT permanecesse constante por tempo suficiente para que os produtores ajustassem não somente sua quantidade produzida mas também sua capacidade produtiva. Como aponta Asimakopulos,

¹⁹ Estes dois últimos fatores sendo função explícita do “estado de expectativas de longo termo”.

“Com base em suas expectativas de longo termo (fixas), as firmas podem desejar manter uma dada quantidade de capacidade produtiva ou uma dada taxa de aumento da capacidade produtiva. (...) Dado o volume de investimentos correspondente a este dado estado de expectativas de longo termo em cada curto período (e assumindo o equilíbrio de curto período), o nível de emprego correspondente a este nível de investimentos (e, portanto, ao nível de expectativas de longo termo dado de saída) pode ser encontrado. Este nível de emprego é o nível de emprego de equilíbrio de longo período de Keynes. Ele será constante em sucessivos períodos curtos sob condições estáticas e crescente se o estado de expectativas de longo termo é de crescimento sustentado da demanda. O nível de emprego de equilíbrio de longo período, portanto, sempre é um nível de equilíbrio de curto período, mas o inverso não necessariamente ocorre” (Asimakopulos, 1984/85: 210, tradução nossa).

Note-se, entretanto, que, ao contrário do que ocorre com o equilíbrio de curto período, o conceito de equilíbrio de longo período não é considerado particularmente relevante pelos pós-keynesianos. Isto porque, como veremos em maior detalhe na quarta parte deste trabalho, tais economistas consideram (assim como o próprio Keynes) que a hipótese de constância do EELT não se verifica na prática.

3 Sobre a compatibilidade do “equilíbrio de curto período” com a noção de “tempo histórico”

Na primeira parte deste trabalho argumentamos que o uso de modelos de equilíbrio é compatível com a noção de “tempo histórico” desde que se suponha que o processo de convergência ao equilíbrio se dê a despeito da irreversibilidade do tempo e da existência de incerteza não mensurável acerca do futuro e que este último seja minimamente estável. Argumentaremos nesta seção que este é precisamente o caso do “equilíbrio de curto período” exposto acima.

Primeiramente devemos lembrar (tal como Dutt & Amadeo (1989: 35) que “as conclusões associadas a um modelo de equilíbrio são obviamente condicionais e parciais, visto que assumem que certas variáveis não dependem do funcionamento do próprio sistema e, mais do que isso, permanecem fixas até que o ajustamento ao equilíbrio se complete”. Uma vez que as variáveis exógenas do equilíbrio keynesiano de curto período (notadamente as “independentes”) são influenciadas pelo próprio processo de ajuste da economia em tempo histórico (isto é, ocorrem efeitos de *feedback* entre as variáveis exógenas e endógenas do modelo), nada

garantiria, em princípio, a convergência da economia para este equilíbrio. Nestas condições, ainda segundo Dutt & Amadeo (1989: 38), “tudo dependeria das relações funcionais do sistema, ou em outras palavras, dos valores dos parâmetros que relacionam variações nas variáveis dependentes e independentes”.

Keynes não desconhecia o efeito das “repercussões” de ajustes nas variáveis dependentes sobre as independentes e destas últimas sobre elas mesmas. Em várias passagens da Teoria geral ele as discute explicitamente (fazendo uso do que Dutt & Amadeo chamariam de *historical model*).²⁰ Todavia, de acordo com Keynes (e os pós-keynesianos), os parâmetros do sistema econômico seriam tais que os efeitos-repercussão são “amortecidos”, isto é, o equilíbrio de curto período seria “resistente” o suficiente para ser alcançado pelo processo de tentativa e erro das firmas nos vários períodos de mercado. De fato, Keynes, no capítulo 18, argumenta que “é uma das características essenciais do sistema em que vivemos não ser ele violentamente instável, mesmo estando sujeito a severas flutuações no que concerne à produção e ao emprego”. Na parte final deste capítulo, Keynes analisa as condições que devem ser impostas ao modelo para que ele seja estável. Note-se, entretanto, que tais condições seriam apenas racionalizações *ex post* (não dedutíveis teoricamente) para o fato empírico da economia não “explodir” ou “afundar” com frequência.

As “condições de estabilidade do sistema” apontadas por Keynes são as seguintes:

- A propensão marginal a consumir (c) é tal que o multiplicador é maior que 1, mas não muito grande. Se, por exemplo, c é muito próxima a 1, então o multiplicador $[1 / (1 - c)]$ se aproximaria de infinito e qualquer variação mínima no investimento geraria uma variação gigantesca na renda de equilíbrio.
- A escala de eficiência marginal do capital não reage violentamente a mudanças no EELT ou na taxa de juros. Caso contrário, o nível de investimentos e, conseqüentemente, os níveis de produto e emprego também variariam violentamente.
- Na Teoria geral Keynes supõe válido o “primeiro postulado da teoria clássica”, qual seja, a curva de demanda por trabalho negativamente

²⁰ Isto é, um modelo no qual as interdependências entre as variáveis dependentes e independentes (que são múltiplas e dependentes do contexto histórico) são levadas em conta.

inclinada, de modo que o nível de preços de equilíbrio em seu modelo é aquele que, dado o salário nominal, gera o salário real compatível com o emprego dos trabalhadores necessários à produção de equilíbrio. Uma vez que, segundo Keynes, aumentos na renda costumam provocar aumentos no salário nominal e, portanto, no nível de preços (dado que os salários reais são contracíclicos em Keynes), para que estes últimos fiquem razoavelmente estáveis é necessário que os salários nominais não reajam bruscamente a variações na renda.

– Como aponta Keynes, “as flutuações podem começar de repente, mas parecem atenuar-se antes de chegar a grandes extremos”. Para que isto seja verdade é necessário que, após uma queda (elevação) prolongada do nível de investimento, a eficiência marginal do capital se eleve (decreça). Caso contrário, nada impediria que a economia entrasse em colapso profundo (explosão de crescimento).

Para Keynes e os pós-keynesianos, em resumo, o equilíbrio de curto período proposto no capítulo 18 da Teoria geral é inteiramente compatível com a noção de tempo histórico, pois apresenta relativamente baixa sensibilidade a pequenas mudanças paramétricas e, portanto, pode ser “alcançado” (na ausência de maiores choques exógenos) a despeito das condições de incerteza nas quais os agentes econômicos tomam suas decisões. Note-se ainda que, além da explicação “empírica” dada por Keynes, outras possíveis explicações teóricas para a (relativa) estabilidade do equilíbrio de curto período vêm sendo discutidas por economistas pós-keynesianos até os dias de hoje.²¹ Uma destas explicações, apresentada em Carvalho (1992b), interessa-nos particularmente para a construção do argumento da seção seguinte e será discutida a seguir.

O argumento de Carvalho se baseia explicitamente nos conceitos de “elasticidade de expectativas” (devido a Hicks) e no “esquema de surpresa potencial” (devido a Shackle). O primeiro destes conceitos, segundo Carvalho, “mede a variação nos valores esperados em face a uma divergência entre as expectativas anteriores e sua realização”, enquanto o segundo é um esquema especialmente desenhado para dar conta das particularidades da escolha sob incerteza keynesiana no qual “os eventos são, a priori, classificados em três grupos: aqueles que, se verificados não causariam

21 Tais explicações geralmente são baseadas na idéia (acentuada por Keynes) de que os agentes econômicos são capazes de desenvolver “técnicas” de convivência com a incerteza que acabam por gerar alguma estabilidade ao sistema.

nenhuma surpresa (...); aqueles que os agentes considerariam improváveis (mas não impossíveis) (...) e os eventos impossíveis”.

Pensando o equilíbrio como uma situação que não gera incentivos para que os agentes mudem seu comportamento e supondo que cada agente possui uma “teoria do mundo” que lhe diz que eventos futuros são considerados prováveis, improváveis e impossíveis (e, portanto, baliza seu comportamento), Carvalho argumenta que a economia permanece em equilíbrio enquanto cada agente acredita na sua “teoria” acerca do mundo, isto é, enquanto ninguém for “surpreendido” de alguma forma pelos acontecimentos reais. Por outro lado, no caso de ocorrência de eventos considerados “impossíveis”, por exemplo, os agentes seguramente reveriam suas “teorias” e “comportamentos” e a economia sairia do equilíbrio. Diante da ocorrência de eventos improváveis a situação seria algo indeterminada pois os agentes não teriam, em princípio, como saber se sua “teoria” está errada ou se o ocorrido seria apenas “um ponto fora da curva”. Neste caso, a decisão do agente de rever ou não sua “teoria” dependeria, possivelmente, do custo que a decisão de insistir na mesma possa gerar ao agente.

Tendo em vista o que foi exposto, Carvalho argumenta que é possível pensar em um “corredor de estabilidade”,²² isto é, uma “faixa de resultados” não surpreendentes “para os quais a elasticidade de expectativas seja inferior a unidade, ou seja, onde desapontamentos seriam absorvidos sem mudança fundamental dos planos e procedimentos [dos agentes e, portanto, no “equilíbrio”] da economia”. Embora tal como exposto acima o conceito de “corredor de estabilidade” não seja particularmente preciso ou observável, ele nos parece um *insight* muito promissor para a análise da estabilidade do EELT (e, portanto do equilíbrio keynesiano de curto período).

4 Sobre a noção pós-keynesiana de dinâmica como “uma seqüência de equilíbrios de curto prazo em tempo histórico” e sua suposta incompatibilidade com a idéia de tendências de longo prazo

A defesa pós-keynesiana da estabilidade do equilíbrio de curto período não se estende ao equilíbrio de longo período. Este último, conforme

²² Um conceito que foi introduzido por Leijonhufvud em um contexto neoclássico. Ver Leijonhufvud (1981).

já se discutiu na segunda parte deste trabalho, depende fundamentalmente da hipótese (heróica, numa economia monetária de produção) de constância do EELT por todo o período de ajustamento da economia e, portanto, seria irrelevante para a análise da dinâmica de economias capitalistas reais ao longo de períodos prolongados. Na visão pós-keynesiana, esta dinâmica deve ser entendida como uma seqüência de equilíbrios de curto prazo e, uma vez que não se pode prever como e quando o EELT variará ao longo deste período de tempo, tal seqüência seria inteiramente imprevisível *ex ante*. Ao contrário de outras correntes heterodoxas,²³ em resumo, a corrente pós-keynesiana não considera que o equilíbrio de longo período exerça qualquer tipo de força gravitacional que acabe por atrair a economia. Como aponta Carvalho,

“Uma análise de longo período compatível com as linhas postas por Keynes demandaria o estudo dos fatores de continuidade que conectam cada curto período com o seguinte. Um modelo de longo período “no sentido antigo”, não importando que tipo de inovação teórica possa conter, não fará isto” (Carvalho, 1990a: 288-9, tradução nossa).

Note-se, entretanto, que não se deve inferir do que foi exposto acima que economistas pós-keynesianos nada têm a dizer sobre questões referentes ao longo prazo. Tudo o que foi dito até aqui é que, para estes economistas, *ex ante* não há qualquer garantia de que os níveis de produto e emprego de uma economia monetária de produção fechada e sem governo sigam alguma trajetória bem definida (ou tendam a qualquer posição) ótima ou não no longo prazo. Nada foi dito, em particular, sobre a capacidade (incapacidade) de intervenção e planejamento do governo e seu poder (ou não) de estabilizar a economia e atuar sobre sua trajetória dinâmica. Conforme já se mencionou na introdução, a nosso ver a posição pós-keynesiana é muito mais uma defesa da intervenção governamental regulatória e planejadora do que uma admissão de impotência da profissão diante de questões ditas de “longo prazo”. De fato, neste grau mais baixo de abstração (isto é supondo a atuação do governo nos termos acima), não nos parece absurda a hipótese de constância do EELT e, portanto, a discussão de tendências (não determinísticas, visto que sujeitas a choques exógenos imprevistos) de “longo prazo” para a economia.

Dito de outra forma, a hipótese de que a atuação estabilizadora e planejadora do governo consiga induzir (na ausência de maiores choques

23 Como a sraffiana, por exemplo.

exógenos) a ocorrência de uma maioria de eventos “previsíveis”, nos termos do esquema de surpresa potencial exposto acima, não nos parece descartável a priori. Tal hipótese, aliás, parece ganhar em plausibilidade quando baixamos ainda mais o grau de abstração da análise, a fim de incluirmos não só o governo, mas também setores industriais com grande poder de mercado, a existência e o desenho das instituições, as inter-relações técnicas e financeiras existentes entre os setores da economia e etc.²⁴ Como aponta Carvalho,

“Relações estruturais e interligações produtivas restringem o campo dos eventos possíveis e, assim, afunilam em algum grau as estruturas de expectativas em um subconjunto mais consistente (e assim, menos sujeito a desapontamentos) do que seria o caso fossem as expectativas geradas sem qualquer referência a estas necessidades. Igual influência exercem relações institucionais (...).A própria experiência de estabilidade, por outro lado, reforça a confiança nas teorias mantidas pelos agentes e as torna mais resistentes a desapontamentos. Finalmente, a política econômica do Estado, que nesta perspectiva é vista fundamentalmente pelo seu papel de coordenação, pode ajudar a formar estruturas de expectativas consistentes e mais imunes a desapontamentos. Todos estes fatores reforçam o corredor e, com isso, a estabilidade da economia.” (Carvalho, 1992b: 73-4).

Por outro lado, segundo os pós-keynesianos, a mera incorporação destes elementos na análise não é suficiente para que se possa tomar como válida a hipótese de relativa constância do EELT e, portanto, alguns dos modelos de longo prazo característicos do pensamento heterodoxo convencional. O que se admite é que, na hipótese da atuação governamental ser bem sucedida em seu um papel estabilizador e gerador de tendências de crescimento da economia, tais modelos podem ser úteis.

Uma análise pós-keynesiana sobre a dinâmica de longo prazo de uma economia capitalista real, em resumo, não pode ser feita no contexto estrito de uma economia monetária de produção, pois deve discutir em profundidade a influência direta e indireta do governo e das instituições sobre a atividade econômica. Neste contexto, questões complexas e ainda abertas como o modo ótimo de intervenção do governo na economia ou a funcionalidade ou não das instituições existentes são especialmente relevantes para a análise. Tais questões, entretanto, são dependentes de um sem-número de fatores históricos e culturais específicos e, portanto, não são passíveis de tratamento teórico genérico.

²⁴ No sentido de que evitar que alguns poucos grandes setores industriais (capazes de induzir comportamentos convencionais) seja “surpreendido negativamente” é muito mais fácil do que evitar que milhares de produtores em concorrência perfeita o sejam.

Bibliografia

- ASIMAKOPULOS, A. 'Long period employment' in "the General theory". *Journal of Post Keynesian Economics*, Winter 1984/85.
- ASIMAKOPULOS, A. Keynes and Sraffa; visions and perspectives. *Political Economy*, v. 1, n.2, 1985.
- _____. Reply to Garegnani's comment. *Political Economy*, v. 4, n.2, 1988.
- CARVALHO, F.C. Time in shacklean and sraffian economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, Winter 1983/84
- _____. Alternative analyses of short and long run in post-keynesian economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, Winter 1984/85.
- CARVALHO, F.C. Keynes and the long period. *Cambridge Journal of Economics*, Sept. 1990a.
- _____. *Mr Keynes and the post-keynesians*. Aldershot: Edgar Elgar, 1992a.
- _____. Elasticidade de expectativas e surpresa potencial; reflexões sobre a natureza e a estabilidade do equilíbrio sob incerteza. *Revista Brasileira de Economia*, v. 46, n.1, jan./mar. 1992b.
- DAVIDSON, P. *Post-keynesian macroeconomic theory*. Aldershot: Edgar Elgar, 1994.
- DOW, S. C. *Macroeconomic thought; a methodological approach*. Cambridge: Basil Blackwell, 1988.
- DUTT, A.K., AMADEO, E.J. *Keynes's third alternative? The neo-ricardians and the post-keynesians*. Aldershot: Edgar Elgar, 1989.
- _____, _____. Keynes's third alternative? The neo-ricardians and the post-keynesians. Aldershot: Edgar Elgar, 1989. Resenhado por CARVALHO, F.C. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.20, n.3, dez. 1990b.
- EATWELL, J. The long period theory of employment. *Cambridge Journal of Economics*, 1983.
- GAREGNANI, P. Notes on consumption, investment and effective demand. *Cambridge Journal of Economics*, 1978/79.
- _____. Actual and normal magnitudes; a comment on Asimakopulos. *Political Economy*, v. 4, n.2, 1988.
- HAHN, F. *Equilibrium and macroeconomics*. Cambridge: MIT Press, 1984. cap 15.
- KEYNES, J.M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1990.

- KREGEL, J. Economic methodology in the face of uncertainty. *Economic Journal*, v. 86, 1976.
- LAVOIE, M. *Foundations of post-keynesian economic analysis*. Aldershot: Edgar Elgar, 1992.
- LEIJONHUFVUD, A. *Information and coordination*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1981.
- POSSAS, M. L. *Dinâmica macroeconômica*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SHACKLE, G.L.S. 'Sir John Hicks' IS/LM: an explanation; a comment. *Journal of Post Keynesian Economics*, Spring 1982.
- VERCELLI, A. *Instability and structural change; macroeconomics after Keynes and Lucas*. Siena, Italy: Univ. of Siena, 1988. (Mimeo.).